

Moratória só acaba após negociação com bancos

BRASÍLIA — O governo brasileiro está disposto a colaborar para evitar a desclassificação dos débitos do Brasil — ou o rebaixamento dos créditos brasileiros —, o que poderá ocorrer na próxima segunda-feira, dia 26, e admite efetuar o chamado pagamento simbólico (*token-payment*) de parte dos juros vencidos esse ano. Mas com uma ressalva: qualquer pagamento que vier a ser feito pelo Brasil, nos próximos dias, será "efetivamente simbólico" pois a suspensão da moratória, sem que seja definido o refinanciamento da dívida brasileira, significaria perda de reservas e retardamento indesejável nas negociações por parte dos bancos.

Esse é o teor de uma nota oficial divulgada ontem pelo Ministério da Fazenda, coincidindo com a abertura oficial da segunda etapa de negociações com os bancos credores, nos Estados Unidos. A nota reafirma a posição brasileira em relação à necessidade de um acordo com os credores e deixa muito claro o aviso do governo: o "pagamento simbólico" poderá ser feito desde que haja "progressos significativos nas negociações" e desde que não represente o fim definitivo da moratória que, segundo o documento, só será suspensa "quando o Brasil houver concluído com os bancos um acordo de reestruturação de sua

dívida nos termos da proposta apresentada no último dia 25 de setembro, que deverá se constituir no ponto de partida para as negociações em curso".

Ou seja, o governo sustenta sua posição e mantém a proposta de securitização da dívida (transformação de parte dos débitos em títulos brasileiros, com o deságio), além de fixação de juros mais baixos, um reescalamento em prazos mais amplos e taxas de riscos zero (os *spreads*).

Segundo a nota, a hipótese de pagamento correspondente a dois meses em atraso, com o reinício do pagamento regular de agora em diante dos juros devidos a cada mês, não está em cogitação, por se tratar "de uma pura e simples suspensão da moratória".

Frisando que a desclassificação dos débitos brasileiros — que poderá ser decidido pelo Interagency Country Exposure Risk Committee, comissão do governo americano que fiscaliza, anualmente, a saúde dos créditos das agências bancárias do país — não interessa nem ao Brasil, nem aos bancos credores, nem ao governo dos Estados Unidos, a nota também enfatiza: as negociações em curso são o principal elemento para demonstrar seu desejo de normalizar a situação com os credores e regularizar sua situação financeira internacional.